

ARTIGO

INTEGRALISMO BRASILEIRO E A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS FASCISTAS:

UM DIÁLOGO INTELECTUAL SOBRE NACIONALISMO E CORPORATIVISMO¹

LEANDRO PEREIRA GONÇALVES

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com atuação no Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Pesquisador FAPEMIG. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio (*junior visiting fellowship*) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e com pós-doutoramento pela Universidad Nacional de Córdoba (Centro de Estudios Avanzados/Argentina). Coordenador da Rede de Investigação Direitas, História e Memória. Compõe o Conselho Administrativo da International Association for Comparative Fascist Studies (ComFas). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9233-1098>

GABRIELA SANTI PACHECO

Doutoranda em Estudos Contemporâneos no Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20 da Universidade de Coimbra. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT. Mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), e bacharela em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É investigadora associada e secretária da Rede de investigação Direitas, História e Memória, além de integrar a International Association for Comparative Fascist Studies - ComFas e o projeto História da Ditadura. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8778-245X>

TAMIRES DE MOURA NOGUEIRA ROSA

Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Secretária da Rede de investigação Direitas, História e Memória. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3945-4184>

RESUMO: A Ação Integralista Brasileira (AIB) empreendeu seu projeto de Estado no Brasil dos anos 1930, conformando-se enquanto maior organização fascista extra europeia. Seu programa foi concebido por intelectuais que circulavam em um horizonte pautado por convenções linguísticas, marcadas pelo vocabulário normativo do período. Assim, objetiva-se investigar, por meio do aporte teórico-metodológico da história intelectual, as proposições integralistas acerca dos fascismos que se estabeleceram de forma sincrônica à AIB. Busca-se compreender, a partir do periódico *A Offensiva* e do livro *O integralismo e o mundo* (1936), de Gustavo Barroso, como o integralismo pronunciava-se em relação a outros grupos fascistas europeus, notadamente acerca das propostas nacional-corporativas.

PALAVRAS-CHAVE: Fascismo. Integralismo brasileiro. Nacionalismo. Corporativismo.

¹ A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, Portugal).

BRAZILIAN INTEGRALISM AND THE CIRCULATION OF FASCIST IDEAS:

AN INTELLECTUAL CONVERSATION ABOUT NATIONALISM AND CORPORATISM

ABSTRACT: The Brazilian Integralist Action (AIB) developed its State project for Brazil in the 1930s and became the largest non-European fascist organization. Its program was conceived by intellectuals who circulated amidst a backdrop of linguistic conventions marked by the normative vocabulary of the period. Thus, the goal is to investigate the integralist proposals regarding the fascisms established at the same time as the AIB. Based on the newspaper *A Offensiva* and the book *O integralismo e o mundo* (1936), by Gustavo Barroso, we seek to understand how integralism stood in relation to other European fascist groups, especially national-corporate proposals.

KEYWORDS: Fascism. Brazilian integralism. Nationalism. Corporatism.

Recebido em: 30/06/2023

Aprovado em: 15/08/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v78p12-39>



A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi concebida em meio a um contexto de circulação de ideias fascistas, que se estabeleceu na primeira metade do século XX.² Nesse sentido, conformou-se como o maior movimento fascista na América Latina e o mais bem sucedido fora da Europa (Pinto, 1994). Sua formação enquanto primeiro movimento de massas do Brasil deu-se em meio a um processo de transição no cenário político do país, que foi marcado pela emergência de projetos nacionalistas e autoritários (Trindade, 1979). Diante disso, ao almejar a formação de um grande movimento nacional, a AIB caracterizou-se pelo discurso autoritário, antiliberal, antidemocrático e anticomunista.

O integralismo teve sua fundação em 1932 e expandiu-se por todas as regiões do país, difundindo seus ideais por meio da simbologia integralista. Dessa forma, o lema “Deus, Pátria e Família”, a indumentária centrada nas camisas verdes e a letra grega sigma (Σ) caracterizavam o movimento. Plínio Salgado, intelectual paulista, foi a principal liderança, sendo-lhe atribuída a posição de “chefe nacional”. Gustavo Barroso e Miguel Reale também ocupavam posições de destaque e, juntamente com Salgado, formavam a tríade integralista (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020).

Com atuação até a instauração da ditadura do Estado Novo brasileiro em 1937, a AIB teve como principal objetivo o estabelecimento do “Estado Integral”. Esse projeto apoiava-se em dois postulados doutrinários: o humanismo espiritualista e a harmonia social. Nesse sentido, para restaurar a nação brasileira da crise materialista vivenciada, elaborou-se uma proposta de transformação do Estado, baseada na democracia orgânica, no autoritarismo e no corporativismo. Por meio da “revolução integral”, haveria a renovação da sociedade, nos âmbitos político, social e econômico, e do homem, em suas dimensões cívica, cultural, física e espiritual (Trindade, 2022).

Essa proposta contava com a participação de intelectuais não só na elaboração doutrinária, mas também na mobilização para a difusão de ideais,

² Há uma vertente nos estudos sobre fascismo, defendida por autores como Ernst Nolte (1966), Renzo de Felice (1979), Stanley Payne (1995), Emilio Gentile (2002), Robert Paxton (2007) e Michael Mann (2011), que apresenta uma explicação fundamentalmente europeia para o fascismo, restringindo-o a grupos e regimes estabelecidos no continente europeu. Entretanto, outras investigações apresentam a ideia de que o fascismo transcendeu a experiência na Europa, conformando-se em diferentes contextos nacionais. Esse é o caso, por exemplo, de Roger Griffin (2006), que apresenta reflexões sobre o “fascismo genérico”, e de Federico Finchelstein (2019), cujo argumento é centrado na ideia de que o fascismo foi um fenômeno mundial e transnacional que assumiu diversas variantes nacionais e interpretações políticas.

a partir de obras teóricas e da imprensa. Nessas publicações, eram desenvolvidas reflexões concebidas em meio a uma conjuntura marcada pelas agendas políticas dos cenários nacional e internacional que se relacionavam com o pensamento integralista. Em vista disso, destaca-se a circulação de ideias fascistas, uma vez que o fascismo foi um fenômeno transnacional e transatlântico, no qual se conformaram, entre países europeus e latino-americanos, redes e transferências ideológicas a nível econômico, cultural, intelectual e político (Grecco; Gonçalves, 2022).

Sendo assim, por mais que o integralismo buscasse expressar originalidade em seu discurso, afirmando-se como um movimento genuinamente brasileiro e negando, por vezes, a existência de relações e inspirações políticas com outros grupos, é certa a existência de conexões que influenciaram na concepção do projeto idealizado por Salgado, especialmente com o catolicismo social, a Ação Francesa (*Action Française* – AF), o Integralismo Lusitano (IL) e o fascismo italiano (Gonçalves, 2017). Isso porque o programa integralista foi esboçado por intelectuais que circulavam em um contexto pautado por convenções linguísticas, marcadas por um vocabulário normativo disponível no período,³ o que influía no processo de gestação de suas elaborações discursivas.

Estabelecido no contexto de ascensão de projetos de Estado organizados em torno de um ideal autoritário e de uma prática nacional-corporativa, o contato do integralismo brasileiro com os demais movimentos e regimes fascistas é notório, sendo expresso nas produções teóricas e periódicas do movimento, como é o caso de *A Offensiva*, principal jornal de circulação nacional da AIB, que se destacava por seu caráter doutrinário. A estrutura desse periódico reservou a terceira página para assuntos internacionais, que, posteriormente, foram deslocados para a quinta página (Oliveira, 2009). É possível identificar, majoritariamente nesta seção, artigos que discorrem sobre a existência de movimentos fascistas em âmbito global (Paschoaleto, 2017).

³ Partilha-se do argumento de Skinner (2017a, pp. 10-11) a respeito do processo de estudo e interpretação das elaborações discursivas de atores políticos: para ele, é essencial levar em consideração o contexto intelectual em que os textos foram estabelecidos, uma vez que pode auxiliar em uma compreensão mais clara acerca de como o pensamento foi construído à sua época.

Em diálogo com esses textos de *A Offensiva*, há a obra *O integralismo e o mundo* (1936), publicada por Gustavo Barroso.⁴ No livro, o autor expõe como vinha ocorrendo a difusão do fascismo em diferentes países do mundo, caracterizando os movimentos e seus ideais, de forma semelhante ao que acontecia no jornal. Tal interação ocorre não apenas pela afinidade temática, como também pelo compartilhamento dos textos do periódico em diferentes partes do livro, que pode ser compreendido como um produto que compila e expande as reflexões que se iniciaram na publicação periódica.

Em vista disso, este artigo tem como objetivo analisar as proposições integralistas acerca dos fascismos que se estabeleceram de forma sincrônica à AIB. Busca-se compreender, a partir das produções acima mencionadas,⁵ como o integralismo pronunciava-se em relação a outros movimentos e regimes fascistas europeus. Da mesma forma, tenciona-se investigar a forma como os intelectuais integralistas relacionavam-se com o contexto linguístico partilhado, sobretudo em relação aos principais conceitos que eram acionados pela intelectualidade fascista, como corporativismo e nacionalismo.

Nacionalismo e corporativismo: o integralismo brasileiro e a circulação de ideias fascistas

Em 1930, antes mesmo da fundação oficial da AIB, o futuro líder dos “camisas-verdes”, Plínio Salgado, reuniu-se com Benito Mussolini, o representante máximo do fascismo italiano, em um encontro que consolidou as ideias acerca da formação do integralismo no Brasil: “Foi um momento de cumplicidade e apoio do *Duce*, que aconselhou o brasileiro a criar um

⁴ Gustavo Barroso (1888-1959) foi presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL) e fundador do Museu Histórico Nacional. No integralismo, era comandante-geral das milícias e membro do Conselho Superior, sendo o segundo nome do movimento e um dos maiores difusores do antissemitismo no Brasil (MAIO, 1992).

⁵ Nessas publicações, o fascismo na Europa foi abordado em Alemanha, Áustria, Bélgica, Lituânia, Bulgária, Checoslováquia, Espanha, França, Holanda, Hungria, Inglaterra, Irlanda, Itália, Iugoslávia, Polônia, Portugal, Romênia, Rússia, Suécia, Suíça e Turquia. Em vista da extensão, realizou-se uma análise a partir da leitura completa das produções discursivas de todos os casos e, assim, elencou-se uma amostra representativa para demonstrar os principais pontos verificados. Nesse sentido, foram considerados países em que o fascismo esteve ligado ao antissemitismo, como é o caso de Alemanha, França, Inglaterra e Iugoslávia, uma vez que se configura como um aspecto central no pensamento de Gustavo Barroso, bem como países europeus cuja afinidades linguística foi constituída em torno da origem latina, como França, Itália, Portugal, Romênia e parcela da Suíça.

movimento preliminar de ideias, pautando a sociedade em uma nova consciência, para, posteriormente, formar um partido político” (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020, p. 9-10). Em vista disso, com uma trajetória política e intelectual alavancada desde a atuação na década de 1920 no cenário paulistano, sobretudo por meio do grupo Verde-Amarelo que se desenvolveu no contexto do modernismo brasileiro, Salgado empreendeu a versão nacional do fascismo (Pacheco; Gonçalves, 2022).

Enquanto maior movimento fascista extra europeu, recebeu atenção do governo italiano, que visualizava uma possibilidade de expansão política e doutrinária na América Latina. Dessa forma, houve a manutenção da relação entre Salgado e Mussolini por meio, principalmente, de acordos financeiros, nos quais o fascismo italiano era responsável por conceder subsídios financeiros ao grupo brasileiro (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020). Essas interações, em certa medida, inserem-se em um processo de universalização do fascismo, ambicionado por Mussolini:

Os fascistas devem ser postos em contato uns com os outros [...]. Hoje defendo que o fascismo como ideia, como doutrina, como uma percepção, é universal; é italiano em suas instituições específicas, mas universal em espírito, e não poderia ser diferente. O espírito é universal devido à sua natureza. Assim, qualquer um pode antever uma Europa fascista obtendo inspiração para suas instituições na doutrina e na prática do fascismo [...]. Hoje o fascismo preenche exigências universais; o fascismo soluciona os problemas triplos das relações entre o Estado e o indivíduo, entre o Estado e as associações, entre as associações e as associações organizadas (Mussolini, 2019, pp. 40-41).

Nesse sentido, tendo em vista a difusão das ideias fascistas para além do território italiano, estabeleceu-se a criação dos Comitês de Ação para Universalidade de Roma (*Comitati d'Azione per l'Universalità di Roma – CAUR*), que foram uma organização cujo objetivo era integrar os movimentos fascistas presentes no mundo, promovendo uma união pautada por traços comuns, como nacionalismo e corporativismo. Esse órgão foi responsável pela realização de reuniões entre grupos fascistas, como é o caso do Congresso Fascista de Montreux, ocorrido em dezembro de 1934 (Bertonha, 2000).

Em 24 de janeiro de 1935, foi publicado, em *A Offensiva*, um artigo que noticiava a realização desse encontro entre representantes de organizações fascistas de países europeus, como Áustria, Grécia, Irlanda, Itália, Lituânia,

Noruega, Holanda, Portugal, Romênia, Suécia, Espanha e Suíça. Essa reunião foi vista pelos integralistas brasileiros como uma “sessão preparatória para um verdadeiro congresso onde a mística da doutrina ia ser sintetizada para uma campanha universal de propaganda” (Um congresso..., 1935, p. 3).

O contato da AIB com os assuntos debatidos nessa concentração fascista, apesar de discreto, foi visto de forma positiva: “a reunião de Monteaux revela avanços inesperados e desconhecidos para o Fascio brasileiro. Muito poucos de nós sabiam do poder das ideias fascistas na Grécia, Suécia e Noruega” (Um congresso..., 1935, p. 3). Ademais, comentários sobre outros fascismos na Europa, como o francês, o inglês e o búlgaro, são articulados. Assim, observa-se que havia, por parte dos integralistas, um acompanhamento acerca das discussões desenvolvidas por grupos fascistas em âmbito internacional, o que ocorre em decorrência do amplo campo de circulação de ideias e práticas gerado pelas relações transacionais entre fascismos.

O desenvolvimento do integralismo no Brasil, portanto, não ocorre de forma isolada, sendo resultado não só da cristalização das ideias radicais das direitas brasileiras, como também de um horizonte contextual internacional em que a intelectualidade elaborava propostas fascistas, nacionalistas e corporativistas (Pacheco, 2021). Havia, pois, o estabelecimento de diálogos intelectuais, que estavam imersos em uma conjuntura social e política, marcada por um vocabulário normativo assentado na concepção do fascismo.

Enquanto forma de contestação ideológica mundial à ordem liberal instituída e como uma reação a movimentos políticos e sociais de esquerda, os fascismos estabeleceram-se de forma global.⁶ Nesse sentido, buscavam alternativas, em nome da regeneração nacional, para liquidar o Estado liberal, suprimir politicamente o movimento operário organizado e regular corporativamente a economia em nome do interesse nacional (Rosas, 2019).

Entretanto, além de conformarem-se como uma reação aos sistemas políticos vigentes no período, os movimentos fascistas apresentavam

⁶ Compreende-se que o fascismo transcendeu a experiência na Europa, estabelecendo-se em diferentes contextos nacionais para além do universo europeu, marcado fundamentalmente pelas experiências italiana e alemã. Converte-se em direção à perspectiva de Griffin (2006), que apresenta uma interpretação a respeito do “fascismo genérico”, e Finchelstein (2019), cujo argumento é centrado na ideia de que o fascismo foi um fenômeno mundial e transnacional que assumiu diversas variantes nacionais e interpretações políticas.

componentes ideológicos que os fundamentavam, como o nacionalismo e o mito de um novo começo frente à conjuntura de crise e decadência liberal (Griffin, 2006). Ademais, possuíam em seu arcabouço teórico um programa organicista, pautado notadamente pelo corporativismo como expressão política da “nação orgânica” e forte instrumento autoritário de regulamentação econômica (Rosas, 2019).

Em vista disso, compreende-se que ideias corporativistas foram mobilizadas na primeira metade do século XX, nas mais diversas regiões do mundo, com o objetivo de promover a inibição política e social do potencial conflito entre “capital” e “trabalho”, o que possibilitou sua utilização enquanto alternativa de representação política autoritária à democracia liberal e ao comunismo (Garrido, 2016). Dessa forma, a difusão do conceito foi impulsionada no período, integrando a agenda intelectual de movimentos e regimes autoritários, sobretudo fascistas, que operavam-no discursivamente em consonância com outras pautas centradas na reestruturação do Estado, como a defesa pela construção de uma nação forte, marcada por uma dimensão nacionalista (Pacheco, 2021).

Sendo assim, as ideias nacionalistas, notadamente dos fascismos, eram marcadas por uma noção “orgânica”, que compreendia a nação enquanto uma e indivisível, capaz de “transcender” a decadência moral e o conflito de classe da sociedade burguesa por meio da representação de um Estado corporativo (Mann, 2011). Esse nacionalismo projetava-se, para os movimentos e regimes fascistas, enquanto horizonte ideológico, sendo pautado pela busca e valorização da autenticidade nacional e do passado como fundamento central da unidade cultural e social (Cassimiro, 2018).

Nacionalismo e corporativismo não foram, portanto, exclusividade da AIB. Na verdade, a proposta de um “Estado Integral” assentado em uma estrutura nacional-corporativa foi construída a partir de um horizonte contextual, pautado pela circulação de ideias, em que os integralistas estabeleceram contato com o vocabulário normativo disponível à época, sobretudo a partir de convenções linguísticas construídas em meio à efervescência de organizações fascistas. Dessa forma, as concepções acerca do projeto de Estado integralista foram criadas a partir do diálogo intelectual

com outros grupos,⁷ o que é flagrante ao observar as elaborações discursivas que compõem os textos sobre o fascismo no mundo, publicados tanto em *A Offensiva* como em *O integralismo e o mundo*, de Gustavo Barroso.

Nacionalismos “fascistas”: diálogos intelectuais do integralismo brasileiro

Inserindo-se em um horizonte contextual marcado pela circulação de ideias autoritárias, o integralismo surgiu no cenário brasileiro com o projeto de reestabelecer a ordem da nação, o que corresponderia à implementação do “Estado Integral”. Nesse sentido, o nacionalismo acaba por assumir um papel fulcral para a fundamentação da AIB, uma vez que subsidia a união das forças nacionais para o estabelecimento desse novo modelo de Estado, caracterizado pela reorganização política e pela centralização do poder (Pacheco, 2021).

Em vista da centralidade que a dimensão nacionalista adquire na proposta integralista, ela é acionada de forma recorrente em *A Offensiva*: esse aspecto transpassa as análises que abordam grupos, compreendidos como fascistas, ao redor do mundo. Assim, são elaborados comentários sobre o desenvolvimento de tais organizações, especialmente acerca do nacionalismo presente em suas propostas, como no artigo “O fascismo na Inglaterra”, em que a União Britânica de Fascistas (*British Union of Fascists – BUF*)⁸ é apresentada como “um movimento nacional que se esforça pelo renascimento e organização nacionais” (O fascismo... 1934, p. 3).

Sendo assim, argumenta-se que, devido ao caráter nacionalista, um dos princípios centrais do fascismo inglês era colocar os interesses da nação em primeiro lugar. Ademais, tenciona-se marcar aproximações entre a AIB e a organização britânica, tendo em vista afirmar o contato do integralismo com

⁷ Analisar as relações da AIB com outros grupos que se estabeleceram de forma sincrônica ao fascismo brasileiro faz-se fundamental para a compreensão das construções argumentativas em torno do seu projeto de Estado. Isso porque entende-se, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos de Skinner (2017a, p. 13), que a análise do texto pelo texto não basta, sendo necessário considerar as questões propostas pelos intelectuais e em que medida eles aceitavam, endossavam, contestavam ou ignoravam as ideias predominantes no debate político. Isto é, para reconhecer a direção e a força exata dos argumentos, é necessário observar um contexto mais amplo, constituído por afinidades e divergências, que acabam por ressoar na elaboração discursiva.

⁸ A BUF foi um partido político criado em 1932 por Oswald Mosley, que se configurou como o mais significativo exemplo de fascismo no Reino Unido. Defensora de um programa corporativista, apresentava, inicialmente, uma proposta próxima ao fascismo italiano. Entretanto, ao longo dos anos, adota a pauta antissemita, aproximando-se sobremaneira das ideias do nazismo alemão (MARTINS, 2022).

outros fascismos: “Nós, Fascistas do Brasil, estamos assistindo momento igual. Podemos, de coração alerta, julgar dos valores de resistência e de dedicação que orientam sr. Mosley. Ele é, verdadeiramente, da dinastia dos grandes condutores de homens livres” (O fascismo... 1934, p. 3).

De forma semelhante, no livro *O integralismo e o mundo*, o nacionalismo é acionado como uma chave interpretativa, fazendo-se presente na argumentação desde a epígrafe, quando abre um diálogo intelectual com Léon de Poncins:⁹

[...] Estas sábias palavras de Leon de Poncins, no seu livro “Tempête sur le monde”, nos mostram como o nacionalismo ferrenho a que se atém muitos dos movimentos denominados “fascismos” não é mais do que uma reação natural contra a dissolução dos grupos naturais das pátrias, ameaçadas de completa destruição pela desordem (Barroso, 1936, p. 14).

Em torno dessa argumentação que notabiliza propostas nacionalistas, Gustavo Barroso afirma, ao expor o objetivo de sua obra, que, “como reação natural ao materialismo e ao internacionalismo dissolvente, em todo o mundo desabrocham e se desenvolvem movimentos baseados em ideias que se inspiram numa mística nacionalista” (Barroso, 1936, p. 13). Com isso, nota-se a indicação, em tom enérgico, a respeito da presença do nacionalismo como um elemento constituinte de uma série de movimentos que emergiram em torno do cenário de publicação da obra.

Para Barroso, esse nacionalismo presente nos fascismos estava diretamente relacionado a necessidade de reação aos processos de destruição causados pelo “internacionalismo individualista bolchevique”¹⁰ (Barroso, 1936, pp. 13-14). Ainda em diálogo com a obra de Poncins, que trabalha com uma noção espiritualista de ordem universal, o integralista discorre em favor do espiritualismo: “No sentido de neles impor ordem nas

⁹ Léon de Poncins (1897-1975) foi um jornalista e fervoroso católico conservador antisemita. Traduziu para o francês os *Protocolos dos Sábios de Sião* (1921) e foi autor de *As forças secretas da revolução* (1928), em que defende a existência de um complô judaico que visaria a destruição do cristianismo na França e em todo o mundo (Bertonha; Caldeira Neto, 2015).

¹⁰ A fim de justificar sua postura em defesa do modelo fascista, Barroso faz uso de diversas elaborações discursivas marcadas por um viés profundamente antisemita e de caráter anticomunista (Maio, 1992). No caso apresentado, visa promover a ideia da existência de uma conspiração internacional bolchevique, notadamente associada à “questão judaica”. A partir disso, o intelectual integralista busca não apenas estabelecer relações de causalidade para o cenário de crise, elaborando, por meio disso, a ideia de um inimigo a ser combatido, mas também passa a agregar sentidos à noção de nacionalismo, que se encontrava em debate em tal panorama linguístico.

partes, em nome do Espírito, contra a Matéria, a fim de que, mais tarde, a síntese universal se processe pela ordem imposta, senão ao mundo todo, pelo menos ao mundo cristão ocidental” (Barroso, 1936, p. 14).

O espiritualismo era uma componente central na composição do pensamento integralista. Essa doutrina metafísica, ao preponderar o espírito sobre a matéria, contribuiu para o estabelecimento dos preceitos políticos da AIB ao passo que fundamentou a concepção de homem e sociedade do movimento. Mantendo diálogo com a Doutrina Social da Igreja (DSI), a interpretação integralista do espiritualismo foi desenvolvida especialmente por Salgado e Barroso, que almejavam uma nação organizada em moldes corporativistas (Trindade, 1979).

Dessa forma, em busca de uma harmonia social e política, defendia-se uma revolução espiritual, capaz de revigorar a nação brasileira, resgatando suas raízes por meio da instauração do “Estado Integral”. Esse caráter espiritualista manifesta-se na obra de Barroso quando afirma o integralismo brasileiro como o movimento cuja estrutura seria mais completa e perfeita:

O Estado Integralista é profundamente cristão, Estado forte, não cesarianamente, mas cristãmente, pela autoridade moral de que está revestido e porque é composto de homens fortes. Alicerça-se na tradição da unidade da pátria e do espírito de brasilidade. Combate os judeus, porque combate os racismos, os exclusivismos raciais, e os judeus são os mais irredutíveis racistas do mundo (Barroso, 1936, p. 17).

Nessa perspectiva, o intelectual desenvolve uma reflexão sobre o Estado proposto pelos integralistas, assentando-o em um cristianismo profundamente espiritualista e um nacionalismo intrinsecamente vinculado ao antissemitismo. Esse “Estado Integral”, de teor nacional-corporativo, foi elaborado pelos intelectuais da AIB com a finalidade de superar a desordem e a decadência identificadas naquele contexto (Pacheco, 2021). Entretanto, ainda que houvesse uma força intelectualizante, os pensadores integralistas mantinham certas particularidades em suas reflexões.¹¹

¹¹ A principal composição do integralismo esteve presente no pensamento do líder, Plínio Salgado, sendo marcada pelo caráter cristão e nacionalista. Ademais, a AIB contava com a liderança de Gustavo Barroso, comandante-geral das milícias integralistas e defensor do antissemitismo, e de Miguel Reale, próximo ao fascismo italiano e chefe da Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos (SNDE), sendo considerado um dos principais ideólogos, haja vista sua dedicação à elaboração teórica do “Estado Integral”.

No caso de Gustavo Barroso, foi um dos mais importantes difusores do antissemitismo no Brasil do século XX, fomentando o caráter radical em seu discurso (Gonçalves; Caldeira Neto, 2019). Nesse sentido, o integralista estabelecia vínculos diretos entre o judaísmo e o comunismo, compreendidos como inimigos a serem combatidos pelo movimento. Ademais, a dimensão antissemita de seu pensamento denotava um enfoque moderno, afastando-se de aspectos religiosos e econômicos, em prol de uma visão política da questão, haja vista o suposto poder que os judeus exerceriam dentro das nações (Maio, 1992).

Embora o radicalismo antissemita não tenha composto a doutrina oficial do integralismo, Barroso teve considerável influência ideológica na AIB, bem como em setores radicalizados do movimento (Pacheco; Gonçalves, 2021). Sendo assim, a leitura da nação desenvolvida por ele é realizada em meio a um discurso antissemita,¹² de combate a essa “questão” na realidade brasileira. É com esse olhar que Barroso discorre sobre alguns fascismos em *O integralismo e o mundo*, como nos casos alemão, iugoslavo e francês.

Em relação à Alemanha, o autor argumenta que “Nazismo é a abreviatura de Nacional-Socialismo. Ele representa a vitoriosa reação do organismo da nação alemã contra a opressão externa do Tratado de Versalhes e a obra interna de dissolução levada a efeito pelo judaísmo” (Barroso, 1936, p. 25). Nesse sentido, compreende-se que a nação alemã é vista como vitoriosa e assume, pois, uma dimensão personificada. Isto é, ao ser observado a partir de uma perspectiva orgânica, o sentido abstrato da nação passa a ser representado concretamente por meio de atribuições coisificadas, o que é característico de uma visão fascista (Griffin, 2019).

No caso, a nação, cuja significação abstrata é subtraída em prol de seu entendimento como “organismo”, havia estabelecido uma “reação” vitoriosa diante de um cenário de crise, o que levou o nazismo ao poder na Alemanha. Além disso, Barroso demonstra inserir-se nas discussões sobre antissemitismo, promovidas no contexto linguístico em que essa temática fazia parte da agenda, uma vez que finaliza a seção com a indicação de obras

¹² Para saber mais sobre Gustavo Barroso e o desenvolvimento do seu pensamento integralista em torno do antissemitismo, conferir: Rago Filho (1989), Maio (1992), Menezes (2006), Caldeira Neto (2013), Costa (2016) e Rehem (2018).

de Adolf Hitler, Gottfried Feder, Carl Schmitt e Alfred Rosenberg, expoentes na defesa dessas ideias.¹³

Por sua vez, ao tratar da Iugoslávia, o chefe das milícias integralistas sublinha que esse “reino” teve uma formação marcada pela diversidade de povos. Essa é uma observação pertinente para a compreensão do contexto analisado, à medida que esse país surgiu após a Primeira Guerra Mundial como parte de um conjunto mais amplo da reorganização do mapa político europeu. No caso iugoslavo, houve a formação um país a partir do agrupamento de eslovenos, croatas e sérvios, que anteriormente integravam o Império Austro-Húngaro (Hobsbawm, 1995). Assim, tal característica haveria atravessado a constituição da Organização dos Nacionalistas Iugoslavos (*Organizacija Jugoslavenskih Nacionalista -ORJUNA*):¹⁴

A Orjuna é um movimento de caráter fascista-nacionalista destinado a dar a esse agrupamento de povos de origem comum uma unidade de pensamento e um mesmo sentido de cultura e vida. Para isso, mergulha nas tradições dos eslavos dos Balcãs e ressuscita a Grande-Servia dos antigos Grandes-Jupans, que se constituíra graças à decadência de Bizâncio e que a invasão turca matou. É uma história comum que procura o traço da velha união e o imprime na alma pura da mocidade. Tudo por uma grande nação iugoslava, na qual católicos, ortodoxos e maometanos desaparecem sob a bandeira da mesma aspiração nacional. [...] O som de seus passos procura despertar a alma do passado (Barroso, 1936, p. 164).

Nessa passagem, é notório o recurso ao passado histórico não apenas no sentido de contextualizar as ações que levaram à criação do movimento, mas também promovendo uma justificativa e uma fundamentação para a existência do grupo. Assim, a tônica nacionalista constitui um ponto de união no discurso apresentado, de modo a construir linguisticamente a ideia de um passado glorioso a ser retomado pelo presente. Tal enunciado insere-se no que Griffin (2019) compreende como o marco de renascimento da sociedade, isto é, a apropriação do passado é realizada em função da almejada

¹³ Barroso cita as obras *Mein Kampf*, de Hitler, *As Bases do Nacional-Socialismo*, de Feder, *Huter der Verfassung*, de Schmitt, e *O mito do século XX*, de Rosenberg. Tais publicações são apresentadas como livros de referência para o aprofundamento do estudo das ideias que, de acordo com autor integralista, nortearam a gênese e o desenvolvimento do Nazismo, em suas dimensões estatal, econômica, racista e filosófica.

¹⁴ A ORJUNA foi o principal movimento fascista na Iugoslávia no período entreguerras. Além de promover o nacionalismo iugoslavo e opor-se ao comunismo, defendia a instauração de um Estado corporativo e a abolição da democracia (BLAMIREs, 2006).

reordenação da nação sob bases fascistas. Ademais, ao abordar a dimensão cultural do nacionalismo, amplia-se o núcleo central da comunidade imaginária e da consciência de pertencimento ao grupo, ao mesmo tempo em que as identidades são suprimidas em prol da “grande nação” iugoslava.

Já no que se refere ao fascismo na França, Gustavo Barroso faz a apresentação de diversas organizações que denomina enquanto fascistas, como a AF, a Cruz de Fogo (*Croix-de-Feu*) e o Movimento Francista (*Mouvement Franciste* – MF).¹⁵ Recorrendo a passagens já publicadas em *A Offensiva*,¹⁶ o integralista busca expandir as reflexões acerca do caráter nacionalista desses grupos. No caso do MF, por exemplo, Barroso assinala a diferença flagrante entre dois grupos: “O primeiro grupo [...] Nacionalista e autoritário. Não se preocupa com o antissemitismo. [...]. O segundo grupo [...] enraíza sua doutrina nas civilizações arianas e na raça celta, que quer o governo forte e o Estado corporativo, professa o racismo e combate os judeus” (Barroso, 1936, pp. 93-94).

Ademais, o autor veicula o programa doutrinário dessa organização e os denominados *Pensamentos Francistas*, que buscam significar o sentido de nação e nacionalismo:

Uma nação é o conjunto das gerações de um povo ocupando certo território, corresponda ou não às fronteiras políticas [...] O verdadeiro nacionalismo não é o dos burgueses reacionários que se servem da ideia de pátria para impor o domínio de sua classe. O verdadeiro nacionalismo implica, pelo contrario, a solidariedade entre os membros de uma mesma nação, não tolerando que uma classe oprima a outra (Barroso, 1936, p. 109).

Nesse trecho, a ideia de nação é portadora de uma dimensão econômica, contrapondo-se à noção “burguesa” de nacionalismo, que

¹⁵ Embora o autor tenha atribuído a definição de fascismo a esses grupos, é fundamental ter em vista as especificidades de cada movimento e suas vinculações com o conceito. No caso da AF, fundada em 1898 por Charles Maurras, Maurice Pujo e Henri Vaugeois, foi uma liga monarquista conservadora e o principal movimento reacionário da França do século XX. Defendia o corporativismo e o catolicismo, baseando-se em princípios contrarrevolucionários, antiparlamentares e pró-descentralização. Pode ser compreendida como precursora do pensamento autoritário, inspirando diversas doutrinas revolucionárias de caráter conservador e reacionário (STERNHELL et al., 1995). A Cruz de Fogo, por sua vez, foi uma liga nacionalista e de extrema-direita francesa do período entreguerras, que surgiu como uma associação que reunia ex-combatentes, sob a liderança de François de La Rocque (BLAMIRE, 2006). Por fim, o MF foi uma liga fascista e antissemita francesa criada, em 1933, por Marcel Bucard (DAVIS; LYNCH, 2005).

¹⁶ Cf. Barroso (1934), Dubernard (1934) e Barroso (1935).

buscaria o domínio de classe. Conjuntamente a isso, seu significado é atrelado não apenas aos âmbitos espacial ou político, mas, principalmente, a um aspecto cultural, de solidariedade entre seus membros, o que pode ser associado ao teor corporativista do Estado fascista.

Por fim, ao analisar o caso suíço, Barroso veicula um documento que busca exprimir a ideia de nação. Ao apresentar os princípios do fascismo suíço por meio de um manifesto atribuído à Federação Fascista Suíça (*Federazione Fascista Svizzera – FFS*),¹⁷ afirma que

I - A Nação é um organismo que tem finalidades, vida e meios de ação superiores, pelo alcance e duração, aos dos indivíduos divididos ou agrupados que a compõem. É uma unidade moral, política e econômica.

II - A Nação não é a raça ou a língua, mas o resultado do ato de vontade com que uma coletividade humana se agrupa num organismo compacto (Barroso, 1936, p. 191).

Como no caso francês, nota-se que o significado do termo “nação” porta aspectos morais, políticos e econômicos. Além disso, a ênfase na “coletividade” como um componente central para a identificação de uma nação, que é associada à ideia de um organismo, permanece na exposição do caso suíço. Dessa forma, percebe-se que há uma partilha dos significados acerca do vocabulário “nação”, visando uma consolidação dos sentidos apresentados pelos movimentos fascistas, ao passo que se almeja distanciá-lo da ideia “burguesa” de nação, que também permeava o contexto linguístico em que a obra inscreve-se.

Em *A Offensiva*, observa-se similarmente o nacionalismo como um elemento constituinte de reflexões sobre organizações fascistas ao redor do mundo. Como exemplo, o jornal integralista articula a expressão “nação” no artigo “Mussolini e as experiências do fascismo”:

Desde o começo, a grande “descoberta” de Mussolini foi atribuir à palavra “nação” virtude e eficácia maiores, porque mais concentradas que as da ideologia internacionalista sem energia suficiente para resistir aos graves acontecimentos da época e cujo vírus revolucionário se atenuara. Afirma-se com base que o fascismo salvou a Itália da

¹⁷ A FFS foi um pequeno movimento de caráter fascista, fundado pelo suíço Arthur Fonjallaz em uma viagem a Roma. Estabeleceu-se, sobretudo, em Ticino, Vaud, Neuchâtel, Genebra, Solothurn, Zurique e Graubünden (WOLF, 2006).

desordem em que, de 1919 a 1920, a decepção consequente à guerra a ia lançar (Chauffier, 1934, p. 3).

Na visão de Chauffier, houve uma dimensão intencional em Mussolini quando se associou a uma imagem nacionalista, que foi linguística e politicamente construída como um contraponto à “ideologia internacionalista”, percebida como insuficiente diante do cenário de crise. Dessa forma, o autor relaciona ao fascismo italiano as ideias de salvação e ordem da nação. Nesse sentido, tal como conceitua Griffin (2019), há um encadeamento das noções de crise e restauração da ordem à dimensão nacionalista que caracteriza o fascismo.

É em meio a essa conjuntura que o integralismo brasileiro elabora sua interpretação sobre nacionalismo, partindo da recuperação de elementos do passado, conferindo-lhes sentidos a serem mobilizados no presente, em prol de seu projeto político. Observa-se, portanto, que essa perspectiva é norteadora dos diálogos fomentados com outras organizações às quais se atribui o caráter fascista. Sendo assim, é intrínseca a relação entre a dimensão nacionalista e os projetos de Estado fascista, que eram permeados por uma concepção corporativista e apresentavam uma visão organicista da sociedade.

Corporativismo e circulação de ideias: reflexões do fascismo brasileiro

O corporativismo moderno configurou-se, no período entreguerras, como uma ideia em movimento em um contexto de superação autoritária do Estado liberal, sendo apresentado enquanto modelo autoritário de representação política e social, que tinha como fim assegurar a ordem social. Dessa forma, despertou entusiasmo internacional, pois se caracterizou como uma doutrina contrarrevolucionária favorável a um ideal orgânico de vida social, que poderia constituir-se como antídoto eficaz para evitar a revolução socialista. Conformando-se como social, político ou econômico (Schmitter, 1974; Pinto, 2014; Garrido, 2018), foi marcado por múltiplas relações entre atores políticos, uma vez que foi utilizado por uma variedade de organizações e regimes, possibilitando processos de transferência pelo mundo.

Amparada por esse horizonte contextual,¹⁸ a AIB desenvolveu uma proposta corporativista que colocava o Estado enquanto responsável não apenas por organizar a sociedade em torno das suas disposições e de acordos com áreas de atuação e trabalho, mas também por compreender a complexidade humana, a fim de satisfazer as necessidades materiais, intelectuais e espirituais. Esse corporativismo conformava-se como uma das bases do “Estado Integral” e era entendido como a único meio capaz de reparar a ordem social, política e econômica (Pacheco, 2021).

Ao abordar os fascismos no mundo, o corporativismo ganha centralidade nas páginas de *A Offensiva*, sendo destacado enquanto ideia que compõe a ordem do dia, haja vista ser “a única capaz de resolver as dificuldades [...] e por um fim ao caos econômico e social” (Economia corporativa, 1935, p. 3). Em torno dessa argumentação, que busca evidenciar a adoção do corporativismo enquanto forma de resolução de conflitos, as mais diversas variantes do fascismo na Europa são acionadas.

O caso da Romênia é fulcral, pois, além de ter desenvolvido uma das mais violentas versões do fascismo em torno da Guarda de Ferro (*Garda de Fier – GF*),¹⁹ apresentou um dos mais importantes pensadores do corporativismo no século XX, Mihail Manoïlesco. Em sua principal obra, *O século do corporativismo* (1938), o autor romeno propõe o corporativismo “puro e integral”, que se conformou como uma das bases da teoria que fundamentou o Estado integralista, sendo, inclusive, exaltado em *A Offensiva*:

É o mais completo estudo e o mais desenvolvido [...]. Para o sr. Manoïlescu, o corporativismo integral (isto é, compreendendo ao mesmo tempo corporações econômico-sociais e culturais) e puro (isto é, oferecendo a única base legítima do poder político e legislativo supremo) deve-se integrar na vida da época como fator e uma condição de realização de uma sociedade futura em que a preponderância do

¹⁸ O integralismo brasileiro foi influenciado pelos corporativismos desenvolvidos na primeira metade do século XX, sobretudo na Itália, a partir do fascismo italiano, em Portugal, por meio do IL, do Nacional-Sindicalismo e do Estado Novo salazarista, e na Romênia, com *Le Siècle du Corporatisme* (1934) de Mihail Manoïlesco. Entretanto, para além do contexto internacional, o conceito integrou a agenda nacional, sendo utilizado também pelo governo, conduzido por Getúlio Vargas, que caminhava em direção ao autoritarismo, construindo um projeto nacional-estatista de inspiração corporativista. Este processo culminou em uma ditadura no país, o Estado Novo brasileiro, instaurado em 1937. Os integralistas apresentavam-se no cenário brasileiro com uma proposta de Estado fundamentalmente fascista. Getúlio Vargas, por sua vez, desenvolveu um projeto de Estado corporativista amparado em pautas trabalhistas.

¹⁹ Chefiada por Corneliu Codreanu, a GF foi uma expressão fascista baseada no misticismo e na espiritualidade, que se estabeleceu na Romênia entre 1927 e 1941. Além do ultranacionalismo fascista, carregava um forte caráter antisemita em seu discurso (IORDACHI, 2009).

capital será substituída pela preponderância do trabalho e as faculdades organizadoras. Tais são as ideias essenciais de um livro cujo desenvolvimento e cujas partes dão todas elas testemunho de uma força de pensamento pouco comum e de uma grande lucidez na análise dos problemas da nossa época (Economia corporativa, 1935, p. 3).

Em consonância, é possível identificar, em *O integralismo e o mundo*, que a perspectiva corporativista baliza a visão de Gustavo Barroso, bem como os diálogos intelectuais. Ao abordar o fascismo em Portugal, a componente corporativista das organizações elencadas como fascistas ganha destaque. O autor desenvolve reflexões sobre alguns grupos, como o IL e o Nacional-Sindicalismo (N/S), e o próprio regime vigente no período, o Estado Novo salazarista.²⁰

Este último, por ter sido um dos principais regimes a institucionalizar o corporativismo enquanto forma de representação, foi um importante protagonista na difusão dessa proposta durante a era dos fascismos, que ocorreu a partir formação de redes intelectuais que possibilitaram processos transnacionais de circulação de ideias e práticas. Segundo Barroso, Salazar realizou “milagres” na nação lusitana:

Equilibrara as contas públicas, extinguiu a dívida flutuante externa, pusera em dia todos os pagamentos, diminuía a dívida interna, restaurara o crédito e a moeda. Agora, iria impulsionar as obras públicas, realizar melhoramentos, vitalizar a instrução e a educação, desenvolver a agricultura, proteger a indústria, fomentar o progresso das colônias, assegurar a ordem na moral, na política e na produção. Depois, daria a Portugal a sua nova constituição, satisfazendo as aspirações dos trabalhadores e limitando as especulações do capital, criando uma Carta do Trabalho e o Estado Corporativo Português (Barroso, 1936, p. 183).

A exaltação às ações realizadas no regime estado-novista, sobretudo acerca do corporativismo, pode ser compreendida na medida em que foi uma experiência corporativista de sucesso, tornando-se um exemplo a ser seguido

²⁰ Por mais que Barroso elenque esses grupos como fascistas, é necessário situá-los em relação ao conceito, uma vez que historiograficamente não há, necessariamente, essa correspondência. O IL sistematizou sua proposta nacional-corporativa na defesa de uma monarquia orgânica. O N/S, por sua vez, foi um movimento fascista organizado por alguns integralistas lusitanos que optaram por transpor-se à ação. Por fim, o Estado Novo português pode ser compreendido como um regime “para fascista”. Isto é, conforme Griffin (2006), classifica-se como um governo que, apesar de não se configurar enquanto fascismo *ipsis litteris*, sofreu processos de fascistização em vista da influência da circulação de ideias da era dos fascismos.

visto que demonstrava de forma positiva a aplicabilidade do novo conceito político e social em trânsito no período: o corporativismo (Gonçalves; Tanagino, 2022, p. 218). Entretanto, outros grupos portugueses, que foram significativos no processo de difusão do corporativismo enquanto forma de representação, são acionados na obra de Barroso, como é o caso do IL.

Esta organização é vista pelo chefe das milícias da AIB enquanto um movimento que busca livrar a pátria, eterna no tempo e no espaço, da decadência republicana, por meio de uma base monárquica, orgânica, antiparlamentarista e antiliberal (Barroso, 1936, p. 174). Dessa forma, o corporativismo, aliado a monarquia, é visto como o agente capaz de solucionar os problemas nacionais de Portugal:

No sistema que vimos por alto, do integralismo monárquico, a questão social é resolvida pela constituição das classes em sindicatos autônomos, estabelecendo-se o contrato coletivo entre empregadores e empregados. Capital e trabalho harmonizam-se, assim, sob a égide duma magistratura especial, porque sua função é comum: a grandeza nacional (Barroso, 1936, p. 178).

Por meio de uma proposta que buscava acionar a dimensão de harmonia entre “capital” e “trabalho”, o IL compreendia a conciliação entre os interesses individuais e coletivos como uma forma de assegurar a ordem social, sendo colocada como pauta central na sua proposta corporativista. Essas ideias promovidas em Portugal foram elementares para o desenvolvimento de organizações autoritárias, nacionalistas e corporativistas no território brasileiro, como é o caso do integralismo brasileiro e do patrianovismo, expresso pela Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB). Isso porque, em decorrência de interações históricas, políticas e culturais, as relações luso-brasileiras foram constantemente marcadas por processos de circularidade.

No caso do fascismo no Brasil, Gustavo Barroso apresenta o integralismo brasileiro a partir da perspectiva de que seria um movimento

[...] anticapitalista e anticomunista. Entende que o liberalismo e o comunismo são unilaterais, isto é, extremismos, o primeiro vendo somente o *homem-cívico*, e o segundo somente considerando o *homem-econômico*. Ele vê o homem sob três aspectos, no conjunto de suas manifestações: cívico, econômico e espiritual. Dessa concepção do homem provem sua organização política e social: Estado ético, político

e econômico. Do mesmo modo, o grupo natural da família (Barroso, 1936, p. 41).

Nessa elaboração discursiva, percebe-se que, ao mesmo tempo em que são apresentados os elementos antagônicos ao movimento, busca-se advogar em prol de uma visão corporativista de sociedade, política e economia. Garrido (2016) sublinha que, em seu aspecto econômico, o traço mais comum do conceito de corporativismo reside na oposição entre o *homo economicus*, próprio do capitalismo, e o *homo corporativus*, guiado pelo interesse nacional e pela partilha de valores. Essa proposição evidencia-se na fala de Barroso, quando pontua críticas tanto ao “homem-econômico” quanto ao “homem-cívico”, ao passo que advoga em prol de uma percepção organicista do homem, que deveria ser compreendido em suas dimensões cívica, econômica e espiritual. Com isso, a leitura de corporativismo realizada por ele aproxima-se da proposição de Plínio Salgado, sendo atravessada por uma dimensão espiritualista e sofrendo influências da DSI (Gonçalves; Caldeira Neto, 2019).

Nessa perspectiva, o chefe das milícias integralistas posiciona-se de maneira elogiosa ao “Estado Corporativo Integral”, afirmando que seria aquele “que contém maior dose de espiritualidade e um corpo de doutrina mais perfeito [...]” (Barroso, 1936, p. 15) em contraponto a proposta da AIPB, na qual, ao veicular as bases ideológicas patrianovistas e caracterizá-la como fascista,²¹ afirma que

O sindicalismo vertical cristão opõe-se ao sindicalismo horizontal igualitário marxista. A corporação é o elemento de representação, em que as forças judaicas não podem penetrar, porque o voto da incompetência é substituído pela escolha livre das competências, dentro de cada profissão ou categoria social (Barroso, 1936, p. 44).

Na passagem, é evidenciado o antagonismo entre a dimensão “horizontal” do sindicalismo marxista e o sentido “vertical” do sindicalismo corporativista, que é associado às corporações profissionais ou sociais. Para Barroso, esse mecanismo permitiria uma forma de representação distinta,

²¹ Na percepção do intelectual integralista, a AIPB conformava-se como um movimento fascista. Entretanto, foi uma organização neomonárquica católica, que se formou no fim da década de 1920, sob liderança de Arlindo Veiga dos Santos. Esse grupo desenvolveu um programa político pautado pelo autoritarismo, antiliberalismo, anticomunismo, nacionalismo, conservadorismo cristão e corporativismo (MALATIAN, 2001).

capaz de combater as “forças judaicas”. Nesse sentido, o autor advoga em prol do corporativismo articulando os aspectos anticomunista e antisemita de seu pensamento.

Ainda que apresente a AIPB em sua obra, demonstrando pontos de contato com o integralismo, uma vez que partilhavam de um vocabulário pautado por convenções linguísticas, Barroso (1936, p. 45) declara que “o patrianovismo brasileiro conta com um grupo brilhante de intelectuais, porém não tem tido ação sobre as forças vivas da Nação Brasileira”. Essa proposição pode ser compreendida como um esforço em demonstrar a superioridade da proposta integralista.

Isso porque, diferentemente do patrianovismo, o integralismo transportou-se para ação, sobretudo a partir do momento em que se tornou partido político, em 1935. Dessa forma, por mais que os intelectuais integralistas e patrianovistas formulasses suas propostas em meio a um mesmo contexto linguístico, social e político, marcado pela mobilização de conceitos como corporativismo e nacionalismo, a AIPB mantinha-se como um grupo intelectual monárquico de significativa expressão em algumas cidades, como São Paulo, Petrópolis e Fortaleza, enquanto a AIB atuava politicamente em todo o território brasileiro em vista de estabelecer a ordem nacional (Pacheco; Bento, 2022).

Esse anseio em demonstrar a primazia da proposta integralista era comum entre a intelectualidade do movimento. Miguel Reale, ao argumentar em favor de uma proposta corporativista para o integralismo, acionava diversas figuras que julgava precursoras do corporativismo, havendo, entre elas, Mussolini, responsável por orientar a síntese e realizar o sincretismo de todas das teorias (Reale, 1936, p. 14). Por mais que reconhecesse o “valor universal” dos princípios propostos pelo líder do fascismo italiano, Reale tenciona transcender sua proposta, desenvolvendo a teoria corporativista “integral” para o integralismo:

O CORPORATIVISMO pregado pelo integralismo é mais completo que o fascista, pois não consideramos apenas as *corporações econômicas*, mas também as *corporações sociais e culturais* da Nação, como as Igrejas, o Exército, a Magistratura, as Sociedades das Ciências e das Artes [...]. Organizado dentro dos princípios do corporativismo integral, o Brasil poderá alcançar o equilíbrio social de que tanto necessita, equilíbrio de forças em composição harmônica [...] a corporação se

funda na concepção integral do homem, objetivando a expansão de todas as suas energias (Reale, 1935, pp. 1-2).

Essa noção seria elementar ao “Estado Integral”, uma vez que os valores do espírito eram centrais, o que configurava o movimento enquanto essencialmente espiritualista, ao contrário da Itália, em que se valorizava mais o esplendor da força material e das manifestações coletivas (Pacheco, 2021). O fascismo italiano é, também, analisado por Barroso:

Na Itália, todas as uniões profissionais se agrupam em doze corporações, das quais cinquenta por cento pertencem nos operários e a outra parte aos patrões. [...] Todas elas estão unidas pelo zelo do Estado na *União das Uniões*. Cinquenta por cento dos membros do Senado são eleitos, em duplo escrutínio, como membros das Uniões Profissionais. Afinal de contas, é a *profissão que substitui a classe* (Barroso, 1936, p. 156).

A fala do integralista insere-se em um contexto de promoção de medidas corporativistas. Isso porque, com a chegada de Mussolini ao poder na primeira metade do século XX, houve uma dinâmica de difusão de ideias corporativistas em âmbito global, sobretudo entre intelectuais autoritários, o que gerou um processo de circulação transnacional (Pinto, 2021). Assim sendo, o intelectual brasileiro demonstra ter contato com as mudanças políticas ocorridas no cenário italiano, citando, por exemplo, a elaboração da *Carta del Lavoro*.

Ademais, nota-se as relações entre a instrumentalização do corporativismo e a sua dimensão doutrinária: após descrever a estrutura das corporações italianas, Barroso (1936, pp. 156-158) afirma que a profissão é a instituição que substitui a classe. Há, portanto, uma concepção anti-individualista, bem como a defesa de um Estado estruturado a partir de unidades orgânicas de representação, o que se coloca como central para o desenvolvimento teórico da representação política nos moldes corporativistas apresentado pelo intelectual integralista.

O contato com o corporativismo empreendido pelo fascismo italiano é demonstrado em *A Offensiva*. Em entrevista realizada com Arturo Marpicati, vice-secretário do Partido Nacional Fascista (*Partito Nazionale Fascista*), o modelo de organização do Estado pautado por uma representação profissional é exaltado:

A Revolução de Mussolini foi, antes de mais nada, um grande movimento de ideias. A juventude que voltava da grande guerra seguiu o novo chefe compreendendo-lhe entusiasticamente o pensamento político, pujante e arrojado: criar um Estado forte, soberano, que sobrepujasse aos interesses particulares de grupos, de indivíduos, de clientelas particulares, um único e interesse – interesse Nacional. Um Estado criador, identificado com a Nação – fundado na coragem, na disciplina, na hierarquia. Um Estado árbitro das controvérsias, dissipador dos entrecosques de classes componentes do novo sistema capaz de harmonizar o capital e o trabalho numa serena e fecunda colaboração: O SISTEMA CORPORATIVO (Marpicati, o grande... 1935, p. 1).

Neste relato, Marpicati manifestou entusiasmo por movimentos de ideias como a AIB, uma vez que “só com o primado do espírito pode o homem utilizar as suas forças no sentido dos seus superiores destinos” (Marpicati, o grande... 1935, p. 5). Em vista disso, é notória a existência de interações entre os fascismos brasileiro e italiano. Essa interlocução foi propiciada pela partilha dos ideais basilares para a construção de novas sociedades, almejada pela intelectualidade fascista (Trindade, 1979). Entretanto, o contato da intelectualidade fascista brasileira não se restringiu à Itália. Conforme observado, houve, de forma semelhante, um diálogo intelectual com outros grupos europeus, o que auxiliou na formulação teórica do projeto de Estado integralista, assentado não só em princípios corporativistas como também no nacionalismo.

Considerações finais

O integralismo brasileiro, ao discorrer sobre os fascismos ao redor do mundo, tanto por meio dos textos na sessão internacional de *A Offensiva* como a partir livro empreendido por Gustavo Barroso, *O integralismo e o mundo*, demonstra o compartilhamento de vocabulários normativos, marcado pelas convenções linguísticas estabelecidas no âmbito da circulação transnacional de ideias da primeira metade do século XX. Nesse contexto político, social e intelectual, portanto, havia uma ampla difusão de concepções partilhadas, sobretudo acerca do corporativismo e do nacionalismo, que integravam a agenda da intelectualidade fascista.

Por mais que os integralistas buscassem demonstrar o ineditismo de sua proposta enquanto forma de resolução dos problemas da nação brasileira,

havia um empenho em evidenciar os diálogos fomentados entre eles e a intelectualidade de outros movimentos que se conformaram de forma síncrona a AIB, principalmente os fascistas. Nesse sentido, as trocas intelectuais são claras, seja pela interação direta, seja pelo contato com produções discursivas, como textos em periódicos e livros, que discorrem principalmente sobre nacionalismo e corporativismo.

Esses conceitos eram correntemente acionados nos projetos empreendidos no contexto intelectual do período, sendo utilizados pela intelectualidade autoritária, fascista ou não. Ou seja, propostas de Estado nacional-corporativo eram elaboradas por diversos grupos que partilhavam das convenções linguísticas assentadas, principalmente, na era dos fascismos. Em vista disso, o integralismo brasileiro pronunciava-se em relação a essas organizações tanto por compartilhar os mesmos ideais, uma vez que estavam inseridos no cenário político, social e intelectual, como enquanto forma de validar seu projeto.²²

Essa dinâmica pode ser observada quando os integralistas designam, em suas produções textuais, grupos que partilham de suas perspectivas teóricas enquanto fascistas. Nem todos os movimentos e regimes acionados, como é o caso da AF e do IL, são compreendidos como fascismos pela historiografia contemporânea. Essa denominação, por parte da AIB, é decorrente de uma escolha do movimento, que busca legitimar sua proposta e inseri-la em um contexto mais amplo de trocas intelectuais.

Isto posto, compreende-se que o programa estatal baseado no nacionalismo e no corporativismo não era uma especificidade do integralismo brasileiro. As concepções desenvolvidas pela intelectualidade acerca da proposta de “Estado Integral” foram cunhadas a partir de um diálogo intelectual com outros grupos. Dessa forma, o projeto de Estado integralista pode ser entendido como produto não só da realidade nacional, como também dos processos de circularidade transnacional, que possibilitaram o contato com convenções linguísticas estabelecidas em meio à efervescência do fascismo na Europa.

²² Partilha-se da compreensão de Skinner (2017b) de que um discurso, além de ter um significado, é uma ação. Nesse sentido, entende-se que “O agente tem um projeto que deseja legitimar, em função disso, professa justamente aqueles princípios que melhor servem para descrever, em termos moralmente aceitáveis, o que ele haverá de fazer” (Skinner, 2017a, p. 12).

Referências

BARROSO, G. **O integralismo e o mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

BARROSO, G. As ligas fascistas de França. **A Offensiva**, n. 45, 23/03/1935, p. 3.

BARROSO, G. O movimento fascista em França. **A Offensiva**, n. 4, 07/06/1934, p. 3.

BERTONHA, J. F. A questão da “Internacional Fascista” no mundo das relações internacionais: a extrema direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 43, 2000, pp. 99-118.

BERTONHA, J. F.; CALDEIRA NETO, O. Fascismos e fascistas em comparação: Gustavo Barroso, Adrien Arcand e o antissemitismo no Brasil e no Canadá no entreguerras. **História e Perspectivas**, v. 53, 2015, pp. 371-400.

BLAMIRE, C. **World Fascism**. Santa Barbara: Abc-Clio, 2006.

CALDEIRA NETO, O. Gustavo Barroso e o esquecimento: integralismo, antissemitismo e escrita de si. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 14, 2013. pp. 44-56.

CASSIMIRO, P. H. P. A revolução conservadora no Brasil. Nacionalismo, autoritarismo e fascismo no pensamento político brasileiro dos anos 30. **Revista política Hoje**, v. 27, 2018, pp. 138-161.

CHAUFFIER, L. M. Mussolini e a experiência do fascismo. **A Offensiva**, n. 28, 22/11/1934, p. 3.

COSTA, L. M. F. **A antimaçonaria desvendada: conspirações, pactos satânicos e comunismo**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

DAVIS, P.; LYNCH, D. **The Routledge Companion to Fascism and the Far Right**. London; New York: Routledge, 2005.

DUBERNARD, M. G. O francismo e o fascismo. **A Offensiva**, n. 14, 16/08/1934, p. 3.

ECONOMIA corporativa. **A Offensiva**, n. 58, 15/06/1935, p. 3.

FELICE, R. **Intervista sul fascismo**. Roma-Bari: Laterza, 1975.

FINCHELSTEIN, F. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019.

GARRIDO, Á. **Queremos uma economia nova!** Estado Novo e Corporativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

GARRIDO, A. O corporativismo na História e nas Ciências Sociais: uma reflexão crítica partindo do caso português. **Estudos Ibero-Americanos**, v.42, n. 2, 2016, pp. 387-408.

GENTILE, E. **Fascismo. Historia e interpretación**. Madrid: Alianza, 2002.

GONÇALVES, L. P. **Plínio Salgado: Um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

GONÇALVES, L. P.; CALDEIRA NETO, O. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GONÇALVES, L. P.; CALDEIRA NETO, O. O corporativismo e a tríade integralista. In: ABREU, L. A.; VANNUCCHI, M. A. (Org.). **Corporativismos ibéricos e latino-americanos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. pp. 209-238.

GONÇALVES, L. P.; TANAGINO, P. I. D. Católicos e fascistas no Brasil: a influência transnacional do corporativismo e do Estado Novo salazarista nos anos trinta. In: PINTO, A. C. (Org.). **O Estado Novo de Salazar: uma terceira via autoritária na era do fascismo**. Coimbra: Edições 70, 2022, pp. 195-220.

GRECCO, G. L.; GONÇALVES, L. P. (Org.). **Fascismos iberoamericanos**. Madrid: Alianza Editorial, 2022.

GRIFFIN, R. **Fascismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2019.

GRIFFIN, R. **The Nature of Fascism**. London; New York: Routledge, 2006.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IORDARCHI, C. God's chosen warriors: Romantic palingenesis, militarism and fascism in modern Romania. In: IORDARCHI, C. (Ed.). **Comparative Fascist Studies: New Perspectives**. London; New York: Routledge, 2009.

MAIO, M. C. **Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento antisemita de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

MALATIAN, T. **Império e missão: um novo monarquismo brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MANN, M. **Fascistas**. Lisboa: Edições 70, 2011.

Marpicati, o grande líder fascista italiano fala a A Offensiva. **A Offensiva**, n. 73, 05/10/1935, p. 1-5.

MARTINS, C. **Fascismos: para além de Hitler e Mussolini**. Porto Salvo: Desassossego, 2022.

MENEZES, E. D. B. **Gustavo Barroso: um cearense "ariano"**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

MUSSOLINI, B. A doutrina do fascismo. In: MUSSOLINI, B.; TRÓTSKI, L. **Fascismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, pp. 11-51.

NOLTE, E. **Three faces of fascism**: Action Française, Italian Fascism, National Socialism. New York, Chicago, and San Francisco: Holt, Rinehart, and Winston, 1966.

O FASCISMO na Inglaterra. **A Offensiva**, n. 23, 18/10/1934, p. 3.

OLIVEIRA, R. S. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)**. Tese, PUCRS, Porto Alegre, 2009.

PACHECO, G. S. **Panorama e o projeto integralista**: uma análise da revista intelectual. Mestrado, UFJF, Juiz de Fora, 2021.

PACHECO, G. S.; BENTO, A. L. Fascismo, catolicismo e corporativismo: conexões entre patrianovismo e integralismo. **Faces da História**, v. 9, n. 2, 2022, pp. 90-112.

PACHECO, G. S.; GONÇALVES, L. P. Corporativismo, nacionalismo e antisemitismo: o pensamento integralista de Anor Butler Maciel. **Historiae**, v. 12, n. 2, 2021, pp. 8-28.

PASCHOALETO, M. A. E o mundo reage: uma análise das percepções internacionais integralistas a partir do jornal *A Offensiva* (1934-1935). In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, pp. 123-154.

PAXTON, R. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PAYNE, S. **A History of Fascism (1914-1915)**. Madison: University of Wisconsin Press, 1995.

PINTO, A. C. **A América Latina na Era do Fascismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

PINTO, A. C. O corporativismo nas ditaduras da época do fascismo. **Varia História**, v. 30, n. 52, 2014, pp. 17-49.

PINTO, A. C. **Os camisas azuis**: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945). Lisboa: Editora Estampa, 1994.

RAGO FILHO, A. **A crítica romântica à miséria brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso**. Mestrado, PUC-SP, São Paulo, 1989.

REALE, M. Nós e os fascistas da Europa. **Panorama**, n. 6, 1936, pp. 11-18.

REALE, M. O corporativismo integralista. **A Offensiva**, n. 65, pp. 1-2.

REHEM, D. C. **As forças secretas da revolução**: antisemitismo do sigma na Bahia (1933-1937). Salvador: Sagga, 2018.

ROSAS, F. **Salazar e os fascismos**. Lisboa: Tinta da China, 2019.

SCHMITTER, P. Still the century of corporatism? **The Review of Politics**, v. 36, 1974, pp. 85-131.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017a.

SKINNER, Q. Significado e interpretação na História das Ideias. **Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, pp. 358-399.

STERNHELL, Z.; SZNAJDER, M.; ASHÉRI, M. **The birth of fascist ideology: from cultural rebellion to political revolution**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995.

TRINDADE, H. El fascismo en Brasil en la década de 1930: el universo ideológico de la Acción Integralista Brasileña. In: GRECCO, G. L.; GONÇALVES, L. P. (Org.). **Fascismos iberoamericanos**. Madrid: Alianza Editorial, 2022, pp. 113-158.

TRINDADE, H. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1979.

UM CONGRESSO do fascismo europeu? **A Offensiva**, n. 37, 24/011935, p. 3.

WOLF, W. Frontisme. **Dictionnaire Historique de la Suisse DHS**. 01/12/2006. Disponível em: <https://hls-dhs-dss.ch/fr/articles/017405/2006-12-01/>. Acesso em: 21 jun. 2023.